

Sem Ulysses, Assembléia amanhã pode ficar vazia

A falta de quorum poderá impedir a votação, que está marcada para amanhã às 13h30, da Constituinte. O número de parlamentares em Brasília às segundas-feiras normalmente é pequeno e esta semana poderá ser ainda menor pelo fato do presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, assumir hoje o exercício da Presidência da República — onde permanece até quarta-feira de manhã, quando o presidente José Sarney retorna de sua viagem a Bolívia.



Brasil por estrangeiros.
Controvérsias
Outra proposta que deverá provocar controvérsias no plenário é o destaque coletivo dos partidos de esquerda que exclui o direito de propriedade do caput do artigo 5º. Eles argumentam que o direito à propriedade não pode ser comparado com o direito à vida e, por isso, pedem a sua supressão. Além disso, o inciso XXII desse artigo já prevê a garantia do direito de propriedade, o que permite a sustentação de emenda corretiva, para evitar repetição.

Ainda no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos dois pontos polêmicos: mandado de prisão e de injunção. O texto aprovado em primeiro turno determina que a prisão de qualquer pessoa só poderá ser feita mediante petição judicial ou então em flagrante delito. Existem propostas do Centrão de supressão da exigência de mandado judicial, fazendo com que a prisão possa ser decretada também pelas autoridades policiais — como é feito hoje.

O mandado de injunção, que garante a aplicação dos preceitos constitucionais sempre que não houver norma reguladora, também é alvo de destaques da ala conservadora e faz parte da lista dos empresários. As esquerdas garantem que darão quórum para rejeitar essa proposta por ser esta a única garantia da aplicabilidade da futura Constituição. Para o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o mandado de injunção associado a ação de constitucionalidade tornam a futura Constituição auto-aplicável, ao contrário das outras já existentes no País que necessitavam de regulamentação em lei para quase todos os princípios. (Carmen Kozak)

Desde o início da votação de primeiro turno — fevereiro deste ano — o plenário não conseguiu se reunir durante a ausência do deputado Ulysses Guimarães. O presidente da Constituinte, que na semana passada convocou os parlamentares para um “esforço concentrado” com votação até a madrugada se necessário, assegurou que as votações serão encaminhadas pelo presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides.

Se houver votação o primeiro tema a ser apreciado é um pouco polêmico: o artigo 5º que estabelece a igualdade de direitos a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País. A eles fica assegurado, segundo o texto do primeiro turno, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O destaque a ser votado em primeiro lugar prevê a supressão da expressão “residentes”, ampliando assim todos esses direitos aos estrangeiros em trânsito pelo País. Se for aprovado entra em conflito com a definição do Título da Ordem Econômica que prevê autorização prévia do Congresso Nacional para a aquisição de bens no



Benevides substituirá Ulysses até a volta de Sarney na 4ª

Atraso interessa ao Governo

Porto Alegre — Ao defender, ontem, em Porto Alegre, o aceleramento das votações da Constituinte, com sessões “pela manhã, à tarde, à noite e de madrugada”, o senador Carlos Alberto Chiarelli (PFL-RS) afirmou que o governo federal pretende atrasar a promulgação da nova Carta para, entre outras medidas, fechar o acordo da dívida externa sem aprovação do congresso e baixar, através de decretos-leis, novas e contundentes elevações da carga tributária, que cubram o desequilíbrio das contas públicas.
Para Chiarelli, as recentes manifestações do líder PFL na Câmara dos Deputados, José Lourenço, que queria “zerar” a Constituinte e reiniciar todos os trabalhos, e do próprio presidente Sarney, evidenciam a manobra e as intenções do Planalto. Ressaltou que o Governo só es-

pera poder fechar o acordo com os credores externos em outubro, e vem “songando informações à Nação”, a respeito de como será esse acordo “que abrangerá os próximos 20 anos”. Se a nova Constituição for promulgada em setembro, observou Chiarelli, qualquer negociação desse tipo terá, necessariamente, que ser aprovada pelo Congresso, o que o Governo estaria tentando evitar.

Quanto à suposta intenção do Presidente de elevar a carga tributária através de decretos-leis, o senador gaúcho frisou que essa tem sido sempre a maneira simplista e equivocada de o Governo tentar cobrir o déficit público, “que este ano poderá chegar a 8% do PIB. Com a promulgação da nova Carta, observou, o Governo também perderá essa prerrogativa.



Josemar Gonçalves 20.7.88

Aldori Silva 26.2.88

O lobby das mulheres foi um dos poucos das últimas sessões. “Robertão”, contra a reforma, já brinca com os ruralistas

Lobistas mudam estratégia

No segundo turno de votação, os lobistas têm concentrado seu trabalho de pressão na base política de cada constituinte, no lugar de visitar os gabinetes parlamentares do Congresso Nacional para defender seus interesses.

Tanto entidades empresariais como sindicatos de trabalhadores chegaram à conclusão que a forma mais eficaz de persuasão é o corpo-a-corpo no próprio reduto eleitoral do constituinte.

Outra mudança significativa na atuação dos lobistas fica por conta do seu comportamento. Até pouco tempo atrás, os grupos de pressão agiam às escondidas e muitas vezes até com agressividade. Agora, o lobby é feito às claras e com muito menos intempestividade. Na semana passada, uma turma de agricultores, ao passar pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — o “Robertão” — arqui-inimigo da reforma agrária, comentou em tom de brincadeira que seria suprimido o dispositivo proibindo a desapropriação da propriedade rural produtiva. “Robertão”, como é conhecido o parlamen-

tar, entendeu o espírito de desconcentração dos trabalhadores rurais e replicou, com humor, que a proteção às terras produtivas seria mantida no segundo turno de votação.

Pressão

Mesmo sem descartar a vinda de caravanas a Brasília durante as votações do texto constitucional, os lobistas já estão trabalhando intensamente nos Estados e muitos deles inclusive jogam tudo nessa mobilização.

Pelo lado dos trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores começou a distribuir nas principais cidades do País o jornal-cartaz “De Cara no Muro”, trazendo a foto de 81 constituintes que apresentaram emendas para suprimir, no segundo turno, dispositivos que tratam dos direitos dos trabalhadores na nova Constituição. Os mais de 1.400 sindicatos filiados à CUT estão recebendo o jornal e instruindo seus associados para colarem os cartazes em muros e paredes onde há grande concentração de pessoas.

O PT já elegeu 19 pontos que vai dedicar atenção especial para

que sejam mantidos no texto constitucional. A liderança do partido recuou da sua posição de votar contra o projeto de Constituição, aprovado no primeiro turno, em troca do compromisso da liderança do PMDB, que queria ver a proposta aprovada em bloco, de apoiar a manutenção das conquistas trabalhistas, no segundo turno.

Dossiê

Os próprios microempresários e pequenos e médio produtores rurais também estão concentrando suas mobilizações em favor da anistia da correção monetária para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, nos Estados.

A estratégia das associações dos microempresários e dos sindicatos é o de pressionar os constituintes através dos políticos ligados a ele, como deputados estaduais, vereadores e prefeitos.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), um dos autores da emenda da anistia, está preparando um dossiê para ser distribuído aos constituintes em que mostra os grandes lucros obtidos pelos bancos nos últimos anos. Segundo da-

dos colhidos pelo parlamentar, o Banco do Brasil passou do 197º lugar no ranking mundial dos bancos para o 45º, enquanto o Bradesco deixou a 353ª posição para ocupar a 132ª. Com isso, Souto quer provar que a anistia não afetaria estas instituições.

Fernando de Noronha

Para combater a anexação do Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, (aprovada no primeiro turno de votação) os ilhéus criaram um grupo, neste sentido, com o apoio do governador da ilha, Fernando César Mesquita. O Comitê de Defesa do Território, apesar de ter enviado 26 de seus membros a Brasília, tem concentrado seu trabalho na base dos parlamentares com o auxílio da “Frente Verde”, que se compõe de constituintes, comprometidos com a defesa do meio ambiente. O comitê tem enviado aos deputados e senadores um amplo documentário sobre Fernando de Noronha onde procura defender a autonomia do Território como forma de sua preservação ambiental (Sílvio Donizetti).

